

ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO:

considerações sobre a Rede Estadual de Ensino da Bahia

Valdirene Oliveira Souza*

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu em analisar o perfil dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual da Bahia, identificando a Adequação da Formação Docente para refletir sobre o atendimento ao estabelecido na Meta 15 do Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE Bahia), a qual faz referência à Formação dos Professores que atuam na Educação Básica no estado. Os dados utilizados para esta investigação são públicos e disponíveis no Portal do INEP, sendo selecionados os dados de mapeamento do Indicador de Adequação da Formação Docente, referentes aos anos de 2013 a 2019. As análises realizadas permitiram constatar que os resultados da Bahia em relação à Adequação da Formação Docente estão aquém dos compromissos estabelecidos nos marcos legais da educação brasileira, como na LDB nº 9394/96, no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação da Bahia. Apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos do período analisado e do incremento auferido pelo sistema de ensino do estado, constatamos que a realidade apresentada ainda demanda maior empenho da administração pública estadual para adequação dos seus quadros, notadamente no Ensino Médio. Ressaltamos a importância e a necessidade de esforços conjuntos para a efetivação do Regime de Colaboração entre os entes federados (União, Estados e Municípios), para assegurar a formação adequada aos professores que atuam nas escolas de Educação Básica no estado da Bahia.

Palavras-chave: Educação; Formação Docente; Ensino Médio; Adequação.

1. Introdução

O estado da Bahia é uma importante e significativa unidade da federação brasileira o qual está geograficamente dividido em 27 territórios de identidade em que são considerados, além dos aspectos geográficos, os aspectos históricos, econômicos, culturais e o sentimento de pertencimento das populações de cada região, além de outros. A Bahia é o estado com a maior população da região Nordeste, com aproximadamente 15 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa população está distribuída por regiões litorâneas, de sertão, de caatinga, de mata atlântica, da Chapada Diamantina, de planaltos e em parte do território do semiárido (IBGE, 2020). O estado apresenta riquezas em sua história, em sua beleza e na diversidade cultural, geográfica e religiosa. Porém, ao observarmos os indicadores educacionais, como os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a Bahia ainda tem índices desafiadores,

*Graduada em Pedagogia/UFBA. Coordenadora Pedagógica com atuação em Monitoramento e Avaliação, SGINF/SEC/Bahia. valdirene.souza@nova.educacao.ba.gov.br

para que possa assegurar aos seus cidadãos os direitos educacionais que lhes permitam mudar os indicadores sociais do estado.

A rede estadual de ensino da Bahia atende aos estudantes de todas as regiões do estado. As ofertas de ensino desta rede compreendem a Educação Infantil, tendo em vista que os espaços escolares indígenas dessa etapa estão na dependência administrativa do estado, o Ensino Fundamental I (com uma pequena parcela de oferta) e o Ensino Fundamental II, etapa na qual vem ocorrendo o processo de municipalização gradativa do ensino. A rede estadual ainda tem um atendimento significativo de estudantes desta etapa, contudo, é no Ensino Médio que a rede estadual de ensino da Bahia tem sua oferta mais expressiva, conforme é preconizado na legislação educacional.

Nos últimos anos, a rede vem passando por alterações importantes, com vistas a contribuir para a melhoria nos indicadores de aprendizagem dos estudantes. Dentre as ações implementadas, podemos destacar no ano de 2019, a retomada do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) e o provimento de cargos de coordenadores pedagógicos nas escolas da rede, através de concursos públicos.

Vale destacar ainda que a implementação do Plano Estadual de Educação (PEE) - Bahia, promulgado em 2016, através da Lei nº 13.559/2016, vem promovendo mudanças importantes no planejamento das políticas educacionais do estado.

Dentre as metas definidas no PEE Bahia, estão aquelas relacionadas à formação dos professores e à melhoria nos indicadores educacionais no estado em cada uma das etapas de escolaridade, além das outras relacionadas com ampliação de oferta, gestão democrática, maiores investimentos na educação do estado.

Dessa forma, o fato de a autora do presente artigo estar atuando na equipe técnica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), que realiza o monitoramento do PEE/BA, desde o ano de 2018, foi a motivação pela escolha deste tema para a pesquisa. Também pela sua condição de coordenadora pedagógica de carreira da rede estadual e já estar trabalhando na SEC desde o ano de 2004, depois de atuar em escolas da rede, sempre no setor pedagógico, atualmente participando do monitoramento do PEE, refletindo sobre a complexidade da análise das políticas educacionais e seus múltiplos fatores associados.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi o de analisar o perfil dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual da Bahia, buscando identificar a Adequação da Formação Docente para refletir o atendimento ao estabelecido na Meta 15 do Plano Estadual de Educação da Bahia, a qual trata da formação dos professores que atuam na Educação Básica no estado e apresenta o texto a seguir:

Articular a continuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, visando atingir a expectativa de que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PEE - BAHIA, 2016).

Os dados utilizados para este estudo são públicos e disponíveis no Portal do INEP. Foram selecionados os dados de mapeamento do Indicador de Adequação da Formação Docente, referente aos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

O Indicador de Adequação da Formação Docente compõe o conjunto de informações escolares, produzidas anualmente pelo INEP durante a realização do Censo Escolar. Além das informações de matrícula, da estrutura das escolas, o Censo Escolar

também levanta e organiza informações sobre os professores, no que diz respeito à formação acadêmica, turmas de atuação e disciplinas por eles ministradas. Essas informações são organizadas em categorias de classificação, considerando a formação acadêmica do professor e a disciplina que leciona, para estruturar o Indicador de Adequação da Formação Docente. Este indicador é calculado pelo INEP e leva em consideração todos marcos normativos que fundamentam a formação acadêmica dos professores da Educação Básica.

Com os dados selecionados para o estudo, foram realizadas as análises referentes à situação de Adequação da Formação Docente dos professores do Ensino Médio atuantes na rede estadual da Bahia, nos mencionados anos. Para fundamentar teoricamente as análises, utilizamos os estudos referentes à formação e à atuação de professores apresentados por Libâneo (1994), Mello (2000) e Nóvoa (1999 e 2010).

O presente estudo está estruturado em três tópicos: i) apresentação geral, caracterizando a rede de ensino, os grupos envolvidos neste processo, a temporalidade considerada para as análises, ii) etapa do trabalho que versará sobre a descrição e a análise dos dados, bem como a exploração das conclusões obtidas e iii) última etapa que descreve as hipóteses levantadas e apresenta sugestões de ações de políticas públicas ou reformulações de ações já presentes que possam contribuir com a rede de ensino para melhorias dos indicadores educacionais.

A expectativa é que este estudo possa contribuir de forma efetiva para reflexões e proposições acerca das políticas de formação de professores da rede estadual da Bahia, bem como apresentar contribuições para o monitoramento das ações do PEE Bahia, em suas metas 03, 15, 16, 17 e 18, referentes ao Ensino Médio, à formação inicial e continuada dos professores, à pós-graduação, além da remuneração e carreira dos profissionais docentes.

2. Panorama Geral do Estudo

O estudo em voga está focado na análise da situação dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual de ensino da Bahia. Esta oferta de ensino atende aos estudantes de todas as regiões do estado e é a mais expressiva de toda a rede, como preconiza a legislação educacional (LDB, 1996), sendo responsabilidade dos estados assumir a oferta desta etapa de escolaridade da Educação Básica.

Segundo dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE) da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (BAHIA, 2019), em 2019 a rede atendeu a aproximadamente 850 mil estudantes, sendo 544.868 do Ensino Médio, 139.362 do Ensino Fundamental e 867 da Educação Infantil, além de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para o atendimento aos estudantes da rede estadual nas 1.100 escolas dos 417 municípios baianos, a rede conta com aproximadamente 50 mil profissionais, entre professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e secretários escolares. Esses profissionais são servidores efetivos de carreira e outros são servidores com contratos temporários (no caso de professores e secretários escolares). Ainda discorrendo sobre as equipes que atuam nas unidades escolares da rede estadual da Bahia, vale ressaltar que os gestores escolares são professores efetivos da rede e, para atuarem como gestores, são selecionados através do processo de eleições, fato que ocorre desde o ano de 2008, com a publicação no Diário Oficial do Estado, do Decreto Estadual nº 11.218, de 18 de setembro de 2008.

Os dados utilizados para este estudo são públicos e disponíveis no Portal do INEP, podendo ser utilizados sistematicamente pelos gestores e docentes para análises da situação educacional por escola, por rede de ensino, por município, por estado, região. Vale ressaltar que é com base nesses dados que serão adotadas as medidas necessárias para condução ou recondução do processo educacional. Assim, utilizamos os dados do mapeamento do Indicador de Adequação da Formação Docente, disponibilizados pelo INEP a partir do ano de 2013 e realizamos a análise de toda a série histórica disponível 2013 a 2019, referentes aos docentes que atuam do Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

O Indicador de Adequação da Formação Docente é estruturado pelo INEP anualmente e compõe o conjunto de informações escolares levantadas pelo INEP durante a realização do Censo Escolar. Além das informações de matrícula, da estrutura das escolas, o Censo Escolar também levanta e organiza informações sobre os professores, referentes à formação acadêmica, turmas de atuação e disciplinas lecionadas. Essas informações são organizadas em categorias de classificação, considerando a formação acadêmica do professor e a disciplina que leciona, para estruturar o Indicador de Adequação da Formação Docente. Esse indicador é calculado pelo INEP, desde o ano de 2013 e considera os marcos normativos que fundamentam a formação acadêmica dos professores da Educação Básica no Brasil, descritos na Nota Técnica N° 020/2014, produzida pelo INEP e publicada em 21 de novembro de 2014 (BRASIL, 2014).

O Indicador apresenta a classificação dos docentes que atuam na Educação Básica, na observância da sua formação acadêmica e as disciplinas por eles ministradas. A partir das análises das informações registradas pelas escolas no Censo Escolar, referentes ao exercício e formação acadêmica dos docentes, o INEP definiu a categorização em cinco grupos e com os perfis de regência em relação às disciplina que os professores lecionam.

Quadro 1- Categorias de Adequação da Formação dos Docentes em relação à disciplina que lecionam

GRUPO	DESCRIÇÃO
1	Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4	Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5	Docentes que não possuem curso superior completo.

Fonte: INEP/ Indicadores Educacionais (2020. p.5) – Elaborado pela Autora.

Todas as informações detalhadas sobre a definição do Indicador de Adequação da Formação Docente estão disponíveis no Portal do INEP, na seção dos Indicadores Educacionais. A partir dos dados selecionados para o estudo, foram realizadas as análises referentes à situação dos professores do Ensino Médio da rede estadual da Bahia nos anos já mencionados, sendo analisada sua relação com o estabelecido na Meta 15 do PEE BA, quanto à formação pedagógica dos professores e a atuação na sua área de formação.

Segundo Libâneo (1994), a formação do professor abrange duas dimensões: a formação técnica-científica e a formação técnica-prática. A formação acadêmica do professor na disciplina em que vai atuar é fundamental para sua formação pedagógica.

Corroborando a discussão, a professora Guiomar Namó de Mello (2000, p. 98) ressalta que “para a aprendizagem escolar ser uma experiência intelectualmente estimulante e socialmente relevante, é indispensável a mediação de professores com boa cultura geral e domínio dos conhecimentos que devem ensinar e dos meios para fazê-lo com eficácia”.

As demandas sociais da atualidade estão promovendo mudanças estruturantes na organização do sistema educacional brasileiro. Vivenciamos mudanças na estrutura Curricular com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que conseqüentemente promoverá mudanças no Sistema de Avaliação Educacional e na Formação Inicial e Continuada dos professores que atuam na Educação Básica.

Diante desse contexto, a formação dos professores passa a ser discutida e analisada pelas instituições educacionais como uma proposta fundamentalmente necessária, para atender aos objetivos definidos no marco normativo da BNCC. Portanto, “reformular os Currículos dos cursos de formação de professores no Brasil é urgente e indispensável”. Essa foi uma das falas mais recorrentes da Professora Guiomar Namó de Mello, durante evento para discussão do documento da BNCC, quando esteve palestrando para os professores da Bahia, no Auditório do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em Salvador no ano de 2015.

Tanto a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 (BRASIL, 1988), quanto a LDB nº 9394, de 1996 (BRASIL, 1996) asseguram a Educação como direito de todo cidadão brasileiro. A LDB ainda enfatiza que a educação deve se desenvolver, predominantemente, por meio do ensino e em instituições próprias, além de vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Face ao exposto, os sistemas de ensino devem assegurar as condições adequadas para a realização do processo educacional em todas as escolas. Essas condições incluem a formação adequada dos professores para atuarem nas áreas de conhecimento e nas etapas de escolaridade condizentes com a legislação. Essa é uma das Metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, Lei nº13.005 de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).

No contexto local, o Plano Estadual de Educação (PEE) Bahia foi promulgado em 2016, através da Lei nº 13.559/2016 (BAHIA, 2016) e vem promovendo mudanças importantes no planejamento das políticas educacionais no âmbito do estado. O PEE foi construído de forma coletiva, por meio de escutas à sociedade, através das suas diversas representações. A coordenação para elaboração do PEE Bahia foi realizada pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA), que conta com representações de aproximadamente 46 entidades da sociedade civil e de instituições ligadas à educação. Dentre elas podem-se destacar representações do Conselho Estadual de Educação (CEE) - BA, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), do Ministério Público, do Sindicato dos Professores, das universidades federais e estaduais,

de associações ligadas à Educação do Campo, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, entre outras tantas entidades (BAHIA, 2016).

O PEE Bahia é composto por 09 Diretrizes, 20 Metas e 246 Estratégias. As Metas do PEE Bahia são similares às estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), considerando o contexto educacional do país (BRASIL, 2014). Das 20 Metas do PNE, quatro estão correlacionadas com a formação e valorização dos professores da Educação Básica, e assim como o Plano Nacional, o PEE Bahia apresenta a mesma estrutura, estabelecendo também quatro metas referentes à formação e valorização do trabalho docente.

Após o processo de escuta e construção com a participação da sociedade, o Plano Estadual foi encaminhado ao governo do estado para a adoção das providências administrativas de envio do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa. No ano de 2016, o Projeto foi apresentado, discutido pelos deputados e aprovado no mês de maio do referido ano. A partir de então, o PEE passou a ser um compromisso público consignado pelo governo estadual e pelas administrações municipais dos 417 municípios do estado, para atendimento às demandas educacionais da população baiana (BAHIA, 2016).

Diante do contexto apresentado e da necessidade de monitoramento e avaliação da efetividade de cumprimento das metas do PEE, ficou estabelecido no Artigo 4º da Lei que criou o PEE (nº 13.559/2016), a formação de uma comissão compartilhada para esta finalidade. Esta comissão é composta por representantes da Secretaria de Educação (SEC), Comissão de Educação da Assembleia Legislativa (ALBA), Conselho Estadual de Educação (CEE - BA) e Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEEBA). (BAHIA, 2016).

O monitoramento do PEE Bahia no âmbito da SEC Bahia vem ocorrendo desde o ano de 2017, fundamentado pelas Portarias nº 2.709/2017 e nº 4.761/2017 e está em sua terceira edição, acompanhando a movimentação dos indicadores, a partir da implementação das ações que atendem às estratégias previstas em cada uma das 20 Metas propostas (BAHIA, 2016). Os resultados observados são discutidos de forma ampla e participativa, com o objetivo de refletir os avanços e propor reestruturações nas políticas educacionais, sobretudo em ações relacionadas às Metas em que os indicadores educacionais sinalizam estagnação ou limitações para o atendimento da meta definida.

Os dados apresentados nesse estudo foram também relacionados com os resultados das avaliações educacionais dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

Desejamos que este estudo possa contribuir de forma efetiva para maiores reflexões e proposições acerca das políticas de formação de professores da rede estadual da Bahia, bem como possa agregar outras contribuições para o monitoramento das ações do Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE – BA), em suas metas 03, 15, 16, 17 e 18, referentes ao Ensino Médio, à formação inicial e continuada dos professores, à pós-graduação, bem como da remuneração e carreira dos profissionais docentes.

3. Apresentação e Análise dos Dados

No Brasil, a situação de Adequação da Formação Docente se apresenta como um desafio a ser superado nas escolas de Educação Básica. Os sistemas de ensino têm envidado esforços no sentido de realizar a formação inicial e continuada dos professores que atuam nesse nível de ensino. Nas últimas décadas, foram implementadas variadas iniciativas para atender à norma legal definida pela LDB nº 9394/96, que estabeleceu a

formação de licenciatura em nível superior para os docentes atuarem na Educação Básica. Entretanto, esta situação encontra-se distante do desejado e do estabelecido no marco legal, como se pode observar nos Relatórios de Monitoramento do PNE, os quais são publicados pelo INEP a cada dois anos (BRASIL, 2020). O Monitoramento do PNE é realizado de forma coletiva por uma Comissão composta por quatro instâncias instituídas: Ministério da Educação, Comissão de Educação da Câmara Federal e do Senado, Conselho Nacional de Educação e Fórum Nacional de Educação.

Em vários estados da federação, os sistemas de ensino enfrentam dificuldades para assegurar que os docentes que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio atendam aos critérios estabelecidos na legislação, como evidenciam os dados dos Indicadores Educacionais do INEP (BRASIL, 2020). As disciplinas da área de Exatas e de Ciências da Natureza são aquelas que apresentam maior dificuldade em encontrar professor com formação específica para atuar nas escolas, segundo levantamento realizado pelo Ministério da Educação (MEC), para construção do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 2005 pelo MEC (BRASIL, 2005).

Diante desse contexto, a Formação dos Professores da Educação Básica continua sendo um princípio discutido e definido nas Políticas Educacionais do país, como mais recentemente no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Neste estudo, apresentamos e analisamos os dados referentes à Adequação da Formação Docente dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual da Bahia. Inicialmente serão apresentados os dados gerais da rede estadual da Bahia nos anos da série histórica (de 2013 a 2019). Posteriormente os dados da Bahia estarão apresentados de forma estratificada, demonstrando a situação dos professores que atuam na zona urbana e na zona rural. Na sequência os dados estarão apresentados em comparação com os dados nacionais (rede estadual) com as devidas considerações.

A figura 1 apresenta os resultados do Indicador de Adequação da Formação Docente para os professores do Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

Figura 1 – Indicador de Adequação Docente, Bahia, Rede Estadual, Ensino Médio – 2013 a 2019.

ANO	UNIDADE GEOGRÁFICA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENSINO MÉDIO				
			Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	Bahia	Rede Estadual	27,7	0,3	27,7	21,6	22,7
2014	Bahia	Rede Estadual	33,6	0,1	34,4	16,1	15,8
2015	Bahia	Rede Estadual	31,7	0,1	36,5	15,1	16,6
2016	Bahia	Rede Estadual	36,1	0,2	37,2	16,2	10,3
2017	Bahia	Rede Estadual	32,5	0,1	41,4	15,8	10,2
2018	Bahia	Rede Estadual	36,1	0,2	39,0	16,3	8,4
2019	Bahia	Rede Estadual	35,8	1,1	41,1	17,4	4,6

Fonte: Inep/ Indicadores Educacionais – Elaborado pela Autora

Os dados apresentados revelam que a situação de Adequação da Formação Docente no Ensino Médio da rede estadual da Bahia ainda está distante da situação desejada, considerando que o Grupo 1, aquele no qual os professores dispõem de formação superior em licenciatura e atuam na disciplina adequada com a sua formação, em todos os anos analisados, o percentual está abaixo de 50%. O percentual desse grupo apresenta uma variação de crescimento nos últimos quatro anos, mas permanece com a média muito distante do desejado e do estabelecido na legislação educacional.

Já no Grupo 2, no qual os professores têm formação em bacharelado na disciplina em que lecionam, o percentual é mínimo na rede estadual, considerando que os professores que ingressaram na rede de ensino nas últimas duas décadas, via concurso público, tiveram como critério de exigência a formação em licenciatura. Ressalta-se que no início dos anos 2000 a Secretaria de Educação do estado da Bahia realizou programas de formação para complementação pedagógica dos professores do quadro efetivo da rede e que não possuíam formação em licenciatura. Observa-se, entretanto, um leve crescimento desse grupo no ano de 2019, o que pode estar relacionado às disciplinas optativas propostas na reestruturação curricular do Novo Ensino Médio, cujo aspecto precisa ser investigado posteriormente.

Com relação ao Grupo 3, aquele no qual os professores apresentam formação em licenciatura, mas atuam em disciplinas diferentes daquela da sua formação original, esse é o maior percentual encontrado, durante toda série histórica analisada. O percentual desse grupo vem superando os dados do Grupo 1, que seria a situação adequada. O mais preocupante é que vem ocorrendo uma trajetória de crescimento nos últimos quatro anos.

O Grupo 4, situação em que os professores têm formação superior, mas sem licenciatura e sem bacharelado relacionados à disciplina que leciona, apresenta um percentual expressivo, inclusive com crescimento evoluindo nos últimos dois anos da série analisada. Isso pode levar ao entendimento de que um quantitativo significativo de professores está atuando em áreas diferentes da sua formação, podendo essa situação impactar os resultados de aprendizagens dos estudantes.

Por fim, o Grupo 5, em que os professores organizados neste grupo não possuem formação superior, apresenta um percentual que vem diminuindo de forma significativa durante o período analisado, porém, ainda é uma situação preocupante quando consideramos que nas turmas de Ensino Médio ainda existe professor atuando apenas com a formação de Ensino Médio, o que é considerado totalmente inadequado.

Os dados analisados evidenciam que a situação de Adequação da Formação Docente dos professores que atuam no Ensino Médio da rede estadual da Bahia está incompatível com o que é previsto nos documentos legais, como a LDB nº 9394/90 e o PEE - Bahia 2016 - 2026. Observa-se a diminuição gradativa de professores sem formação superior, porém, o quantitativo de professores atuando em áreas diferentes da sua formação vem demonstrando um crescimento gradual.

A situação apresentada é muito preocupante e precisa ser pesquisada para identificar se essa condição de adequação dos professores pode ser um dos fatores associados e que possa estar interferindo nos resultados de desempenho dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

Portanto, a realidade constatada deve provocar a necessidade de atuação do sistema de ensino para promover a formação continuada e em serviço dos profissionais que atuam no Ensino Médio. Nóvoa (1999) nos ajuda a entender que a formação continuada pode ser efetivamente um caminho para o atendimento da realidade atual e reversão da situação inadequada que existe, ao se constatar que a formação inicial não deu conta da demanda apresentada. O estudioso ainda salienta que

A formação continuada pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento

profissional e que participem como protagonista na implementação das políticas públicas (NÓVOA, 2010).

A seguir, na tabela 1 estão dispostos os dados do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, estratificados de acordo com a localização das escolas em que atuam os professores, por zonas: urbana e rural.

Tabela 1 - Indicador de Adequação da Formação Docente dos professores do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, por grupo e por localização (Zona urbana e zona rural)

Ano	BAHIA Dependência Administrativa Rede Estadual	Ensino Médio				
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	Total	27,7	0,3	27,7	21,6	22,7
	Zona Urbana	28,0	0,3	27,6	21,9	22,2
	Zona Rural	19,5	0,2	30,6	14,2	35,5
2014	Total	33,6	0,1	34,4	16,1	15,8
	Zona Urbana	34,2	0,1	34,4	16,2	15,1
	Zona Rural	23,8	0,2	34,4	14,5	27,1
2015	Total	31,7	0,1	36,5	15,1	16,6
	Zona Urbana	32,5	0,1	36,3	15,3	15,8
	Zona Rural	19,1	0,2	39,5	12,2	29,0
2016	Total	36,1	0,2	37,2	16,2	10,3
	Zona Urbana	36,8	0,1	37,1	16,4	9,6
	Zona Rural	25,6	0,2	37,5	14,2	22,5
2017	Total	32,5	0,1	41,4	15,8	10,2
	Zona Urbana	33,2	0,1	41,8	15,9	9,0
	Zona Rural	22,1	0,1	35,2	14,5	28,1
2018	Total	36,1	0,2	39,0	16,3	8,4
	Zona Urbana	36,3	0,2	39,4	16,3	7,8
	Zona Rural	32,1	0,5	33,5	15	18,8
2019	Total	35,8	1,1	41,1	17,4	4,6
	Zona Urbana	35,9	1,0	41,2	17,5	4,4
	Zona Rural	33,9	1,9	39,2	16,0	9,0

Fonte: Inep/ Indicadores Educacionais – Elaborado pela Autora.

Nessa tabela pode-se analisar que na situação comparada entre zona urbana e rural, os percentuais são bem próximos, com a mesma tendência do percentual geral da rede. Entretanto, no Grupo 5, aquele onde os professores não possuem formação superior, o percentual desse grupo na zona rural é sempre superior ao percentual do mesmo grupo na zona urbana. Observa-se que, mesmo com a diminuição desse percentual do Grupo 5, ao longo dos anos analisados, sobretudo no ano de 2019, trata-se de um dado preocupante. Se considerarmos que os estudantes da zona rural necessitam

de maiores condições para as aprendizagens e que, por isso, demandam maior e melhor atuação docente, veremos que a falta de formação superior dos professores pode comprometer ainda mais a formação desse público.

Portanto, ao reconhecer que a formação dos professores é uma condição importante para a efetivação das aprendizagens escolares, Libâneo (1998, p. 28) ressalta que a “formação profissional para o exercício do magistério requer, assim, uma sólida formação teórico-prática”. Dessa forma, entendemos que o domínio bases teóricas e científicas garante mais segurança profissional aos professores no desempenho da docência, ajudando-os a refletir sua prática e aprimorá-la para obter êxito em seu processo educativo.

Face ao exposto, esse grupo de professores precisa ser priorizado no processo formativo realizado pelo sistema educacional da Bahia, a fim de que possam atuar na docência com as condições necessárias para o cumprimento dos objetivos de aprendizagens definidos para a etapa do Ensino Médio.

Na tabela 2 podemos observar os dados da rede estadual da Bahia em comparação com a média da rede estadual do Brasil, por grupo do Indicador de Adequação da Formação Docente nos anos de 2013 a 2019. Tendo em vista que esses dados da Bahia foram observados individualmente na Figura 1 e constatado que a situação está ainda distante dos objetivos estabelecidos nos documentos legais, como a LDB nº 9394/96 e nos Planos Educacionais (PNE e PEE Bahia), agora vamos compará-los com a situação nacional.

Tabela 2 - Resultados do Indicador da Adequação Docente – Bahia e Brasil – rede estadual

Ano	Unidade Geográfica	Ensino Médio				
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	Brasil	56,9	3,9	25,5	7,0	6,7
	Bahia	27,7	0,3	27,7	21,6	22,7
2014	Brasil	58,7	2,7	25,5	6,7	6,4
	Bahia	33,6	0,1	34,4	16,1	15,8
2015	Brasil	58,0	3,1	25,6	6,8	6,5
	Bahia	31,7	0,1	36,5	15,1	16,6
2016	Brasil	59,7	3,1	24,8	6,8	5,6
	Bahia	36,1	0,2	37,2	16,2	10,3
2017	Brasil	60,4	3,0	24,9	6,3	5,4
	Bahia	32,5	0,1	41,4	15,8	10,2
2018	Brasil	61,3	2,1	26,0	5,8	4,8
	Bahia	36,1	0,2	39,0	16,3	8,4
2019	Brasil	63,1	2,9	26,3	5,4	2,3
	Bahia	35,8	1,1	41,1	17,4	4,6

Fonte: Inep/ Indicadores Educacionais – Elaborado pela Autora

Na Tabela 2 pode-se observar que a situação de Adequação da Formação Docente na rede estadual da Bahia, quando relacionada com a média da rede estadual do Brasil, está em situação bastante delicada. Observa-se que a média da Bahia encontra-se 50% abaixo da média nacional, no grupo em que os professores atuam na sua área de formação, Grupo 1. Nota-se ainda que o percentual de professores da Bahia que atuam no Grupo 5, sem formação superior, está 50% além que a média nacional.

Mesmo a Bahia avançando nos últimos anos e tendo, para o Grupo 1, uma taxa de crescimento mais de duas vezes superior ao Brasil (10%), no período analisado, a situação do estado ainda está muito aquém da média nacional.

Nesse cenário comparativo, apenas no Grupo 2, em que os professores são bacharéis na área de atuação, mas não possuem formação em licenciatura, a situação dos docentes do Ensino Médio da rede estadual da Bahia está em situação adequada e superior à média nacional. Esse resultado provavelmente é decorrente dos programas de formação de professores não licenciados que ocorreram na rede estadual da Bahia e já mencionado anteriormente.

No Grupo 3, grupo em que os docentes têm formação em licenciatura, mas atuam em áreas diferentes da sua formação, a média da Bahia está acima da média nacional em todos os anos, com tendência de crescimento. Também no Grupo 4 a média da Bahia supera a média nacional em todos os anos da série histórica.

Os dados analisados revelam que a situação de Adequação da Formação Docente dos Professores do Ensino Médio na rede estadual da Bahia não atende ao estabelecido no Plano Estadual de Educação. Essa situação precisa ser posteriormente pesquisada para avaliar se a inadequação na formação dos professores está tendo relação direta com os resultados educacionais do Ensino Médio, demonstrados por meio das avaliações externas realizadas.

Diante da situação constatada, passamos a analisar os resultados do SAEB, referente às edições de 2017 e 2019, dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual da Bahia. Foram selecionados resultados dessas duas edições, porque as Avaliações SAEB para o Ensino Médio até a edição do ano 2015 aconteciam de forma amostral e não censitária. Sendo assim, somente um percentual de estudantes do Ensino Médio realizavam as provas. A partir da edição de 2017, com as mudanças definidas no SAEB, a participação dos estudantes do Ensino Médio das Escolas públicas passou a ser de forma censitária.

As mudanças promovidas no SAEB a partir de 2017 provocaram a necessidade de mobilização das escolas, professores e, sobretudo dos estudantes do Ensino Médio para uma participação massiva destes nas avaliações do SAEB. Entretanto, na Bahia, as ações de mobilização realizadas não foram suficientes para assegurar uma participação expressiva dos estudantes do Ensino Médio, no SAEB 2017. Foram poucas as escolas de Ensino Médio (372) que tiveram resultados divulgados. Outras 665 escolas de Ensino Médio da Bahia não tiveram resultados, tendo em vista a pouca participação dos estudantes nas avaliações, pois não atenderam ao critério de 80% de participação definido pelo INEP. Dessa forma, com baixa participação, o resultado ficou ainda mais comprometido, o que pode justificar em parte, o resultado da proficiência dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual em 2017.

A partir dessa realidade, as ações de mobilização das escolas, com professores e estudantes para a avaliações passaram a ser intensificadas na rede de ensino. No início do ano letivo de 2019 foi implementado o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE) que havia sido interrompido desde o ano de 2013. As ações do SABE nas

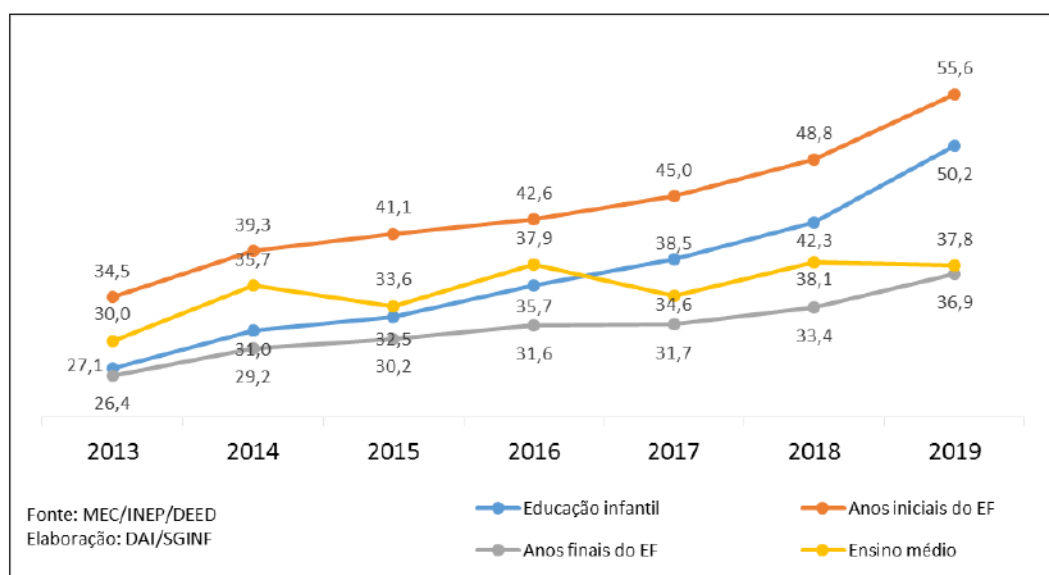
escolas promoveram um ambiente propício para discussão e realização de atividades alinhadas com as avaliações externas, além de mobilizar a todos para participação efetiva no SAEB a ser realizado naquele ano. Durante o ano letivo de 2019 foram realizadas avaliações formativas bimensais nas escolas da rede, além de uma avaliação externa, realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), em período anterior ao SAEB.

Ao analisar os resultados de proficiência da rede estadual da Bahia no Ensino Médio, nas edições de 2017 e 2019, observa-se que na última edição ocorreu um crescimento importante, levando o resultado a deslocar-se do Nível 1 para o Nível 2 em ambas as disciplinas avaliadas (Língua Portuguesa e Matemática). No ano de 2017 a Proficiência em Língua Portuguesa alcançou 242,34 pontos, enquanto na edição de 2019 a pontuação foi de 256,94. Já em Matemática, a pontuação em 2017 foi de 243,15, e avançou para 253,02 em 2019. Notadamente esse é um resultado importante, mas que ainda está distante do resultado desejado para os estudantes do Ensino Médio. Entretanto, algumas ações importantes devem ser consideradas, para auxiliar a compreensão dessa realidade apresentada.

Observa-se que os resultados de 2019 demonstram um crescimento na média de proficiência, em ambas as disciplinas. Essa constatação sinaliza que as ações implementadas na rede de ensino e aqui mencionadas podem ter contribuído para a melhoria da média de proficiência. Contudo, faz-se necessária ainda a realização de um estudo mais aprofundado, em um período de tempo mais dilatado para identificar se a situação de Adequação da Formação Docente, que se encontra distante do desejado, está diretamente relacionada aos resultados de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática dos estudantes do Ensino Médio da rede estadual da Bahia.

Para concluir a análise, apresentaremos uma visão geral sobre a situação da formação dos professores da educação em todo estado da Bahia. O PEE Bahia contempla a educação do estado em todas as redes e em todas as etapas da Educação Básica e da Educação Superior, por isso, entendemos ser importante apresentar o dado geral da formação dos professores que atuam na Educação Básica da Bahia. Esse dado consta no Relatório Executivo de Monitoramento do PEE, edição 2019, elaborado pela Coordenação de Monitoramento do PEE Bahia da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em dezembro de 2020.

Gráfico 1- Percentual de docentes com adequação da formação à disciplina que leciona de acordo com a etapa – Grupo 1



Fonte: Elaboração: DAI/SGINF/ SEC - BA

A despeito dos incrementos auferidos nos últimos anos pelos sistemas de ensino no estado da Bahia, quando observamos aos resultados para os percentuais de docentes em cada etapa da Educação Básica com formação adequada à disciplina que leciona no estado, constatamos que a realidade apresentada, ainda demanda maior empenho das administrações municipais e estadual para adequação dos seus quadros, notadamente no Ensino Médio.

Os indicadores aqui elencados demonstram que a Bahia ainda precisa trilhar um longo caminho na formação dos professores da Educação Básica, para que possa dispor de professores com formação adequada à sua área de atuação, para assim produzir melhores resultados na aprendizagem dos estudantes.

A Educação Infantil foi a etapa de escolaridade na qual houve o maior crescimento no percentual de docentes da rede pública com formação adequada. Saltou de 42,3% em 2018 para 50,2% em 2019, passando a ser a etapa da Educação Básica com o maior percentual de adequação da formação docente. Na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental ocorreu um movimento no percentual, saindo de 48,8% para 55,6%, entre os anos de 2018 e 2019. Essa etapa, conjuntamente com a Educação Infantil passam a contar com o maior quantitativo de professores atuando de acordo com a formação.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental o percentual de docentes com formação adequada à disciplina que lecionam também demonstrou crescimento, saltando para 36,9% em 2019. Não obstante os acréscimos de 10 p.p. auferidos entre 2013 e 2019, essa etapa da Educação Básica apresenta o menor percentual de adequação da formação docente. Essa constatação demanda ações urgentes e focalizadas para a formação dos docentes que atuam no Ensino Fundamental anos finais.

A situação na etapa do Ensino Médio é muito grave, os percentuais não alcançam 40%, permanecendo na casa dos 30% durante toda série histórica. Entre 2013 e 2018, o percentual de docentes com formação adequada à disciplina que lecionam passa de 30% para 38,1%, isto é, com adição de 8 p.p no referido período e voltando a cair em 2019. Os dados revelam flutuações no indicador ao longo de toda série histórica, com acréscimos em 2014, 2016 e 2018, e decréscimos em 2015 e 2017, voltando a cair em 2019.

Cumprir ressaltar que tal meta precisa ser atendida nos próximos anos, considerando o disposto na LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A expectativa é que todos os professores tenham formação específica de nível superior na área de conhecimento em que atuam, tendo em conta que somente os já formados em Licenciaturas podem participar de concursos desde 2006, prazo dado na legislação às redes públicas e privadas para cumprir a obrigatoriedade do diploma de nível superior para os docentes.

4. Considerações Finais

O presente estudo evidencia que a situação da Adequação da Formação Docente dos professores que atuam no Ensino Médio na rede estadual da Bahia está muito distante do estabelecido na legislação educacional.

Observa-se que os professores que atuam na rede estadual tem formação em nível superior, entretanto, a atuação acontece em áreas diferentes daquela da sua formação. Esta realidade ocorre sistematicamente nas escolas onde há demandas por professores em algumas áreas e a oferta destes em áreas diferentes. Tal situação leva os gestores escolares a organizar a lotação dos professores de acordo com as necessidades da escola e as possibilidades do quadro de professores lotados na instituição escolar.

A realidade de professores atuarem em áreas diferentes está presente em diversas redes de ensino do país e em outros países do mundo. Diante deste contexto, Novoa (2010) defende que “se a formação inicial não deu conta de atender as exigências legais para atuação dos professores, que seja realizada através da formação continuada”.

Importante dizer que a situação de adequação da formação dos docentes não pode ser analisada isoladamente. Se considerarmos que a atuação dos professores tem forte relação com sua formação, podem-se estabelecer relações entre a formação dos professores com o desempenho dos estudantes nas avaliações oficiais, além de outros fatores associados.

Nóvoa (1999) compreende que, “na lógica da profissionalidade docente, os saberes devem ter um elo com as disciplinas científicas e outro elo com as práticas e com uma dimensão instrumental”. Então, a formação docente e o desempenho dos estudantes apresentam estreitas relações.

Tanto no PNE quanto no PEE Bahia, a formação de professores da Educação Básica é uma necessidade iminente e fundamental. Saviani (2011) afirma que “a formação de professores no Brasil ainda se apresenta como um grande dilema em busca de perspectivas”. Conforme previsto na legislação que estabelecem os Planos Educacionais, essa formação deve ocorrer de forma compartilhada entre os entes federados (União, estados e municípios), por meio do Regime de Colaboração. A compreensão da política de formação de docentes como objeto de estudo da política educacional aparece como uma necessidade dos estudos de campo cada vez mais recorrente.

Face ao exposto, a pesquisa realizada aponta uma realidade inadequada e apresenta uma demanda urgente de consolidação da política de formação para o sistema de ensino – seja no âmbito da formação inicial e continuada de professores responsáveis pela docência da Educação Básica, seja no provimento do quadro de professores que atuam diretamente no Ensino Médio da rede estadual –, para que sejam asseguradas as condições necessárias e adequadas ao exercício da docência nessa etapa de escolarização, conforme preconizado na legislação, e dessa forma torne possível avançar para cumprimento das Metas estabelecidas nos Planos Educacionais.

Considerando que o estado da Bahia dispõe de nove instituições de Ensino Superior, com capilaridades em todas as regiões do estado, sendo 4 (quatro) universidades estaduais e 5 (cinco) instituições federais com diversos cursos de licenciatura e, portanto, de formação de professores, faz-se necessário que o desafio apresentado nos Indicadores de Adequação da Formação Docente no estado da Bahia seja enfrentado como uma prioridade pelos sistemas de ensino em parceria com as instituições de Ensino Superior.

Ademais, é preciso que o Sistema de Ensino Estadual se debruce sobre esta realidade que ocorre no cotidiano das escolas de Ensino Médio da rede estadual buscando a implementação de ações que possam efetivamente alterar a situação de Adequação da Formação Docente nos indicadores da Bahia.

A expectativa é que o presente estudo possa contribuir efetivamente para a reflexão do sistema de ensino e a definição de políticas de formação, com vistas ao atendimento do estabelecido nos Planos Educacionais (PNE e PEE Bahia), com medidas que venham alterar a realidade do estado, elevando seus indicadores e proporcionando melhorias sociais para os estudantes baianos.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. Portarias nº 2.709/2017 e nº 4.761/2017. Executivo. **Diário Oficial do Estado** Salvador-Bahia, de 20 de abril de 2017 e de 07 de julho de 2017.

_____. **Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n.13559-2016-bahia-aprova-o-plano-estadual-de-educacao-da-bahia-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 11 dez. 2020.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. SGE - Sistema de Gestão Escolar. **Censo Escolar**, Bahia, 2019.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Relatório Anual de monitoramento das ações da Secretaria da Educação do Estado da Bahia no Plano Estadual de Educação – PEE**. Ano 2019. SEC/BA/SGINF, 2019 (impresso).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, Bahia, 2020.

_____. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica nº 020/2014. **Indicador de Adequação da Formação do Docente**. Disponível em: http://portal.nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf (inep.gov.br). Acesso em: 19 set. 2020.

_____. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria nº 447 de 24 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017. Disponível em [Portaria nº 447_24052017.pdf \(inep.gov.br\)](#).

_____. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: 2020.

_____. **Lei nº 9393 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2020.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELLO, Guiomar Namó. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: uma (re) visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.1, p.98-110, 2000.

NÓVOA, António (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1999.

_____. Formação de Professores e Profissão Docente. repositório ul/pt. FPPD A Noova.pdf (ul.pt), 2010. <http://hdl.handle.net/10451/4758>. In: NÓVOA, António (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores no Brasil: dilemas e perspectivas, **Revista Poiesis Pedagógica**, Vol. 9 n. 1 (2011). Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/issue/view/1039>. Acesso em: 12 jan. 2021.